



202
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0258046-7

APELANTE: José Humboldt da Silva Nunes

APELADO (A): Município de Nazaré da Mata

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. 1. O Supremo Tribunal Federal assentou que *“Dentro do prazo de validade do concurso, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, a qual, de acordo com o edital, passa a constituir um direito do concursando aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao poder público. Uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas”* (RE 598099). 2. A documentação carreada aos autos pelo apelante consigna que o edital do concurso em foco previu a existência de 32 (trinta e duas) vagas para o cargo de Guarda Municipal. 3. A lista de classificação de fls. 44, e, bem assim, a certidão de fls. 55 noticiam que o apelante restou classificado na 33ª colocação no concurso para o cargo em foco. 4. A regra editalícia relativa à convocação dos aprovados para realização do curso preparatório, na proporção de 3 candidatos por vaga oferecida, não tem o condão de alterar a ordem de classificação, de vez que dito curso preparatório, conforme posto no edital, possui caráter meramente eliminatório. 5. Inexistente o alegado direito líquido e certo do apelante, posto que aprovado fora do número de vagas previsto pelo edital. 6. Apelo improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0258046-7 acima referenciados, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 27 de maio de 2013 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0258046-7

APELANTE: José Humboldt da Silva Nunes

APELADO (A): Município de Nazaré da Mata

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **apelação cível** interposta em face da sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Nazaré da Mata (fls. 123/126), que denegou a segurança pleiteada nos autos do **mandamus** nº 0000224-45.2009.8.17.0980.

Registro que a liminar foi denegada (fls. 83/84).

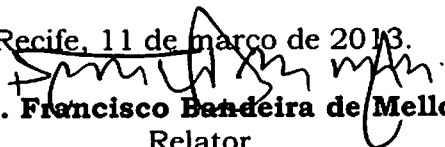
As **razões** de recorrer consignam (fls. 140/150-v): (i) o edital do concurso previu a existência de 32 vagas para o cargo de Guarda Municipal e obteve a 33ª colocação no certame para o cargo em foco; (ii) o item 4.2.1 do edital prevê a convocação de 03 (três) vezes o número de vagas disponibilizadas para realização do curso preparatório de caráter eliminatório, o que **seguramente** o colocaria dentro de número legal apto à nomeação; (iii) o município não demonstrou as medidas adotadas para redução das despesas com pessoal, ao contrário, proveu vários cargos em comissão e reajustou o subsídio dos secretários municipais; (iv) a jurisprudência pátria assentou pela existência de direito subjetivo dos candidatos aprovados em concurso público dentro do número de vagas previsto em edital; (v) a decisão do Tribunal de Contas do Estado não vincula o Judiciário.

O apelado ofereceu as **contra-razões** de fls. 156/165, sustentando o seguinte: (i) perda de objeto do **mandamus**, posto que por meio da Lei Municipal nº 207/2011, promoveu reestruturação administrativa e reduziu para 15 o número de cargos de guarda municipal; (ii) perda de objeto decorrente da prorrogação do prazo de validade do certame, passando dito prazo a vigorar até 24.08.2011; (iii) apesar de todas as medidas adotadas ainda se encontra impedido de aumentar gastos com pessoal.

O **Ministério Público** opinou pelo improvimento do apelo (fls. 193/195).

É o essencial a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 11 de março de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



203
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0258046-7

APELANTE: José Humboldt da Silva Nunes

APELADO (A): Município de Nazaré da Mata

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Conforme antedito, o pleito do apelante consiste em sua nomeação e posse no cargo de guarda municipal do Município de Nazaré da Mata, em virtude de sua aprovação na 33ª posição, em certame realizado no ano de 2007, para provimento de 32 cargos de Guarda Municipal.

O apelante arrima ainda seu pleito no item 4.2.1 do edital que dispõe (fls. 27):

4.2.1 Para o cargo de Guarda Municipal somente os aprovados submeterão a curso preparatório a ser regulamentado pelo poder municipal de caráter eliminatório, após o exame médico, na quantidade de 03 (três) vezes mais das vagas oferecidas, que determinará a condição de apto e inapto para o exercício do cargo pretendido, a ser realizado após o resultado final.

O Supremo Tribunal Federal assentou que o candidato aprovado dentro do número de vagas previsto pelo edital possui direito subjetivo à nomeação **dentro do prazo de validade do certame**:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. CONCURSO PÚBLICO. PREVISÃO DE VAGAS EM EDITAL. DIREITO À NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS. I. DIREITO À NOMEAÇÃO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. **Dentro do prazo de validade do concurso, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, a qual, de acordo com o edital, passa a constituir um direito do concursando aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao poder público. Uma vez publicado o edital do concurso com número específico de vagas, o ato da Administração que declara os candidatos aprovados no certame cria um dever de nomeação para a própria Administração e, portanto, um direito à nomeação titularizado pelo candidato aprovado dentro desse número de vagas.** II. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. BOA-FÉ. PROTEÇÃO À CONFIANÇA. O dever de boa-fé da Administração Pública exige o respeito incondicional às regras do edital, inclusive quanto à previsão das vagas do concurso público. Isso igualmente decorre de um necessário e incondicional respeito à segurança jurídica como princípio do Estado de Direito. Tem-se, aqui, o princípio da segurança jurídica como princípio de proteção à confiança. Quando a Administração torna público um edital de concurso, convocando todos os cidadãos a participarem de seleção para o preenchimento de determinadas vagas no serviço público, ela impreterivelmente gera uma expectativa quanto ao seu comportamento segundo as regras previstas nesse edital. Aqueles cidadãos que decidem se inscrever e participar do certame público depositam sua confiança no Estado administrador, que deve atuar de forma responsável quanto às normas do edital e observar o princípio da segurança jurídica como guia de comportamento. Isso quer dizer, em outros termos, que o comportamento da Administração Pública no decorrer do concurso público deve se pautar pela boa-fé, tanto no sentido objetivo quanto no aspecto subjetivo de respeito à confiança nela depositada por todos os cidadãos. III. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO. CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO. Quando se afirma que a Administração Pública tem a obrigação de nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, deve-se levar em consideração a possibilidade de situações excepcionais que justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público. Não se pode ignorar que determinadas situações excepcionais podem exigir a recusa da Administração Pública de nomear novos servidores. Para justificar o excepcionalíssimo não

CTM



204
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

cumprimento do dever de nomeação por parte da Administração Pública, é necessário que a situação justificadora seja dotada das seguintes características: a) Superveniência: os eventuais fatos ensejadores de uma situação excepcional devem ser necessariamente posteriores à publicação do edital do certame público; b) Imprevisibilidade: a situação deve ser determinada por circunstâncias extraordinárias, imprevisíveis à época da publicação do edital; c) Gravidade: os acontecimentos extraordinários e imprevisíveis devem ser extremamente graves, implicando onerosidade excessiva, dificuldade ou mesmo impossibilidade de cumprimento efetivo das regras do edital; d) Necessidade: a solução drástica e excepcional de não cumprimento do dever de nomeação deve ser extremamente necessária, de forma que a Administração somente pode adotar tal medida quando absolutamente não existirem outros meios menos gravosos para lidar com a situação excepcional e imprevisível. De toda forma, a recusa de nomear candidato aprovado dentro do número de vagas deve ser devidamente motivada e, dessa forma, passível de controle pelo Poder Judiciário. IV. FORÇA NORMATIVA DO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO. Esse entendimento, na medida em que atesta a existência de um direito subjetivo à nomeação, reconhece e preserva da melhor forma a força normativa do princípio do concurso público, que vincula diretamente a Administração. É preciso reconhecer que a efetividade da exigência constitucional do concurso público, como uma incomensurável conquista da cidadania no Brasil, permanece condicionada à observância, pelo Poder Público, de normas de organização e procedimento e, principalmente, de garantias fundamentais que possibilitem o seu pleno exercício pelos cidadãos. O reconhecimento de um direito subjetivo à nomeação deve passar a impor limites à atuação da Administração Pública e dela exigir o estrito cumprimento das normas que regem os certames, com especial observância dos deveres de boa-fé e incondicional respeito à confiança dos cidadãos. O princípio constitucional do concurso público é fortalecido quando o Poder Público assegura e observa as garantias fundamentais que viabilizam a efetividade desse princípio. Ao lado das garantias de publicidade, isonomia, transparência, impessoalidade, entre outras, o direito à nomeação representa também uma garantia fundamental da plena efetividade do princípio do concurso público. V. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.(RE 598099, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/08/2011, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-189 DIVULG 30-09-2011 PUBLIC 03-10-2011 EMENT VOL-02599-03 PP-00314). Destaquei.

Analisando a documentação carreada aos autos pelo apelante, verifico que o edital do concurso em foco previu a **existência de 32 (trinta e duas) vagas para o cargo de Guarda Municipal (fls. 23).**

Constato também a existência da lista de classificação de fls. 44, e, bem assim, a certidão de fls. 55 informando que o apelante restou classificado na **33ª colocação** no concurso para o cargo em foco.

Observo, ainda, que a regra editalícia relativa à convocação dos aprovados para realização do curso preparatório, na proporção de 3 candidatos por vaga oferecida, não tem o condão de alterar a ordem de classificação, de vez que dito curso, conforme posto no edital, possui caráter meramente eliminatório.

Nesse contexto processual, tenho por inexistente o alegado direito líquido e certo do apelante, posto que aprovado fora do número de vagas previsto em edital, sendo desnecessária a análise dos demais argumentos trazidos pelas partes.

Por essas razões, **nego provimento** ao apelo.

Recife, 27 de ~~março~~ ^{junho} de 2013.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator